

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº DE 2001
(do Sr. João Magno)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a adoção de medidas e aperfeiçoamento da legislação para a garantia do controle e fiscalização da implementação do FUNDEF.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de articulação entre os órgãos envolvidos no Controle e Fiscalização do FUNDEF, de forma a permitir um permanente, efetivo e rigoroso acompanhamento da aplicação dos recursos a educação fundamental é urgente.

Examinando a adesão das diversas instituições e de segmentos da sociedade ao processo de acompanhamento da ação do poder público, exigindo cada vez mais transparência e eficácia dos governantes, na garantia de serviços sociais básicos, como educação, concluímos pela necessidade permanente de dar conseqüência a toda essa ação, articulando os órgãos envolvidos no controle e fiscalização no sentido de integrar Secretários Estaduais, Municipais e os respectivos Conselhos de acompanhamento do FUNDEF, Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas, de modo a garantir a divulgação e orientação sobre apoio e suporte técnicos que assegurem adequadas condições de funcionamento do FUNDEF.

Considerando especialmente o acúmulo de informações produzidas pelos Conselheiros do FUNDEF; pelos representantes dos Tribunais de Contas reunidos no Seminário de Fiscalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério e pela Subcomissão Especial da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados que apurou várias irregularidades no FUNDEF;

Por tudo isto, requeremos a Vossa Excelência a realização de uma Audiência Pública sobre A fiscalização do FUNDEF, convidando o Sr. Ulisses Semeghine – Diretor do Conselho do FUNDEF; o Presidente do Conselho de Secretários Estaduais de Educação – CONSED; o representante da União de Educação – UNDIME, o Deputado Gilmar Machado relator da Subcomissão Especial que apurou irregularidades no FUNDEF, representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, representantes do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público Federal.

Brasília, em 28 de maio de 2001.

Deputado **JOÃO MAGNO**
PT/MG